

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**  
**DE 27 DE JUNHO DE 2017**

**N.º 3/2017**

**DATA:** Vinte e sete do mês de junho do ano de dois mil e dezassete.-----

**HORA:** Dezanove horas e quinze minutos.-----

**LOCAL:** Salão do Centro Cívico de Rôge.-----

**O PRESIDENTE:** Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira em suplência do Sr. Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva, que faltou à sessão (CDS/PP);-----

**2º SECRETÁRIO:** Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP), designada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal para ocupar a vaga de 2.º Secretário, nesta sessão da Assembleia Municipal;-----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Eduardo de Almeida Correia dos Santos, em suplência de Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP);-----

- Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

2017.06.27

- Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD);-----
- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado (PPD/PSD);-----
- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----
- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD);-----
- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----
- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD);-----
- Serafim Rodrigues (PPD/PSD);-----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS);-----
- PPD/PSD – Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
- CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP - António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
- CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----
- Faltas:**-----
- Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva (CDS/PP);-----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS);-----
- Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (PPD/PSD).-----

2017.06.27

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro**, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva e Dr.ª Daniela Sofia Paiva da Silva, e ainda os vereadores em regime de não permanência Eng.º José António Bastos da Silva, Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. Nelson da Silva Martins.-----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, começou por informar que, por comunicação de 27 de junho (Registar entrada 107), o Sr. Pedro Nuno Magalhães Ribeiro deu conta da impossibilidade de participar nesta sessão, tendo sido convocado nos termos da lei o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia** disponibilizou a **correspondência recebida** no período compreendido entre a última sessão (28 de abril de 2017) e a presente data. A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados na pasta “Correspondência recebida”.-----

**- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2017:**

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite** informou que foram efetuadas algumas correções solicitadas pelos membros da Assembleia.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes, aprovar a ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2017, com as correções à proposta da ata.-----

2017.06.27

**Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, propôs, à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de 27 de junho, e ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 50.º do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o agendamento extraordinário do assunto “Reconhecimento do Interesse Público do Arranjo Urbanístico da Praça/Jardim de Junqueira”, com os fundamentos constantes da informação técnica de 21 de junho de 2017, que a acompanha.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, após cumprimentar os presentes e agradecer o acolhimento nesta Freguesia, explicou a necessidade de deliberação urgente sobre o assunto. Disse ter sido submetido um pedido à Reserva Agrícola Nacional (RAN), tutelada pelo Ministério da Agricultura, no sentido de se utilizar o solo para este fim, tendo sido indicado que fosse solicitado à Assembleia Municipal uma declaração do reconhecimento do interesse público da pretensão. Em termos de arranjo urbanístico não há uma intervenção profunda, pretende-se que seja o mais natural possível, podendo existir alguma impermeabilização do solo, mas o objetivo primeiro é fazer a requalificação do espaço contíguo à Junta de Freguesia de Junqueira.-----

**Colocado o assunto a votação, foi reconhecida a urgência de deliberação sobre o mesmo**, por unanimidade dos vinte e três membros presentes, passando o assunto a fazer parte da ordem do dia como ponto 11. Sendo a ordem de trabalhos retificada, nos seguintes termos:-----

1. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

2017.06.27

2. Apresentação do relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em perigo de 2016 e do plano de atividades para 2017;-----
3. Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de um trato de terreno que é parte da parte sobrança da parcela 14, da planta parcelar dos terrenos para a construção do Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho;-----
4. Reconhecimento do interesse público estratégico para as operações de loteamento na Zona Industrial do Rossio;-----
5. Contrato de fornecimento de água a celebrar entre a Águas do Douro e Paiva, S.A. e o Município de Vale de Cambra;-----
6. Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e o Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra – Compromisso plurianual;-----
7. Aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração; -----
8. Aprovação da alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra;-----
9. Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Macieira de Cambra;-----
10. OE – CP n.º 4/2017 – Infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais da zona sul das Freguesias de Rôge e Macieira de Cambra e do lugar de Cavião (S. Pedro de Castelões) | Compromisso plurianual;--
11. Reconhecimento do interesse público do Arranjo Urbanístico da Praça/Jardim de Junqueira;-----
12. Aprovação da minuta da ata da sessão.-----

**De seguida, foram aprovados os seguintes votos de pesar:-----**

**A Assembleia Municipal** aprovou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Almerindo de Pina Marques, falecido no Canadá, irmão do Sr. Dr. António

2017.06.27

Fernando de Pina Marques, membro desta Assembleia Municipal, por maioria de vinte e dois votos a favor, tendo-se absterido o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques.-----

**A Assembleia Municipal** aprovou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes, um voto de pesar pelas vítimas que faleceram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos, manifestando às famílias afetadas a solidariedade neste momento de dor e consternação. Este voto de solidariedade para com os Municípios da zona centro do País foi, também, expresso através de **um minuto de silêncio** em memória das vítimas que o incêndio provocou.-----

**Entraram na sessão a Sra. Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro e o Sr. Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva.**-----

**Usou da palavra o Sr. António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge**, que, após cumprimentar os presentes, em nome da Freguesia de Rôge agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a marcação da sessão para este local, pois é uma honra receber os ilustres mandatários do Concelho, dando-lhes as boas-vindas. Estarão sempre disponíveis para receber este ou outro tipo de evento, se assim o entenderem. Providenciou a cada um dos membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal um *cd (compact disc)* com um pequeno historial da Freguesia de Rôge, que espera gostem. Agradeceu a todos a visita.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, começou por referir que foi solicitado ao Presidente da Assembleia um pedido de informação por parte do Sr. Dr. Carlos Matos, tendo este recorrido para a resposta ao artigo 82.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo). Recordando o que se passou em duas sessões desta Assembleia Municipal, oferece-lhe fazer alguns considerandos:-----

2017.06.27

Em primeiro lugar foi ao dicionário ver o significado da palavra desautorização. Vem no dicionário que desautorizar significa “privar de autoridade”. Presume que este recurso ao artigo 82.º do CPA não se insere numa situação de desautorização de alguém, fundamentalmente por dois pontos de vista: primeiro porque quem pôs em causa a aplicação do CPA no que diz respeito ao cumprimento dos prazos foi sempre vencido nos pedidos que foram feitos à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) relativamente a assuntos de ordem legal; o segundo prende-se com algo que o Presidente foi chamado à atenção, de que na bancada do PSD havia total liberdade dos seus membros, as pessoas dentro da bancada do PSD falam por si e não em nome da bancada. Assim sendo entende que o recurso por parte do membro da bancada do PSD ao artigo 82.º do CPA não se trata de uma desautorização de ninguém, mas interpreta a solicitação quando refere o CPA como prova de apreciação do trabalho de preparação das sessões da Assembleia por parte do Presidente e da sua independência no desempenho das funções. Mas apesar desta manifestação de confiança, é assim que interpreta, informou o Dr. Carlos Matos que compreende os motivos porque recorreu ao CPA. Provavelmente por uma questão de resposta temporal, no que toca aos pedidos de informação dos membros da Assembleia, a informação não pode ser negada, é regida pelo regime especial da Lei 75/2013, do anexo I, do artigo 25.º, n.º 2, que diz que a resposta deve ser dada em tempo útil até à Assembleia seguinte. Mais uma vez agradeceu a prova de confiança por parte do Dr. Carlos Matos relativamente à condução dos trabalhos por parte do Presidente da Assembleia Municipal.-----

De seguida, referiu um outro aspeto que resulta da ata que acabou de ser aprovada, e que em determinado momento numa intervenção do Dr. Manuel Augusto Carvalho este diz o seguinte: “1.º Porque tudo foi feito à rebelia da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e sem revogar deliberações

2017.06.27

anteriores, uma traição ao bom nome e transparente funcionamento entre órgãos autárquicos.”. Defendendo nomeadamente a condução dos trabalhos por parte do Presidente e os próprios trabalhos da Assembleia, referiu que a atuação do Presidente não é sensível a prestações inflamadas e para que tal ficasse claro, recorreu à citação da ata da sessão de 15.12.2014, onde o Dr. Manuel Augusto Carvalho proferiu a seguinte intervenção: “Enquanto Presidente da Assembleia à data da deliberação tomada, está completamente descansado, uma vez que a mesma só tinha validade com o visto do Tribunal de Contas, tal como todos os empréstimos que se fizeram.” Daqui se conclui pelas palavras do Dr. Manuel Augusto Carvalho que as deliberações só produziam efeito com a aprovação do Tribunal de Contas. O Dr. Manuel Augusto Carvalho já nos habituou a dizer a mesma coisa e o seu contrário inúmeras vezes. Passemos então ao acompanhamento das deliberações submetidas à Assembleia Municipal. A 26 de julho de 2013 foram submetidos à apreciação o Acordo de Extinção de Parceria e o Acordo de Revogação do Contrato de Concessão da VCP, e como diz o Dr. Manuel Augusto Carvalho sujeito ao visto do Tribunal de Contas. Da documentação disponível constata-se que o processo devia estar devidamente instruído e pronto para ser apresentado à Assembleia Municipal e seguir de imediato para o Tribunal de Contas, o que aconteceu só em 26 de setembro, ou seja dois meses depois e três dias antes das eleições autárquicas. Porque será que tal aconteceu? Será que se tratando de um processo por demais importante, não deveria ter seguido de imediato pois no entender dos seus proponentes tratava-se de uma boa solução para o Concelho? Como se pode ver pela documentação disponível o Tribunal de Contas só demorou mês e meio a solicitar a resposta às perguntas que entendeu ver esclarecidas, e como se pode inferir as respostas poderiam e deveriam ser dadas pelo Executivo anterior. Ainda mais se olharmos para as perguntas verificamos que estes estariam muito mais à-vontade

2017.06.27

para o efeito. Se não, vejamos, as perguntas do Tribunal de Contas, que nunca vieram à Assembleia Municipal, mas para se perceber bem e enquadrar a condução dos trabalhos por parte do Presidente, passou a referir:-----

“Ponto 3, c) - Como considera minimamente realistas as projeções económico-financeiras subjacentes à celebração do contrato de concessão quando decorre do relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers (PwC) que a:-----

- taxa de ocupação média referente ao “Parque de estacionamento subterrâneo rotação e avenças” (gráfico 2, a folhas 39) no período de outubro de 2010 a dezembro de 2012 foi de 4,77% quando a proposta do parceiro privado tinha sido de 36,8%;-----

- taxa de ocupação média referente ao “Parque exterior” (gráfico, a folha 40) no período de setembro de 2010 a dezembro de 2012 foi de 14,87% quando a proposta do parceiro privado tinha sido de 76,7%;-----

d) quais as razões fundamentais que levam ao decréscimo de utilização dos parques de estacionamento face às projeções subjacentes à celebração do contrato de concessão.”-----

E como diz o Sr. Manuel Augusto na mesma sessão de 15.12.2014, que passou a citar: “Referiu que não está há cinco anos no Executivo Municipal, foi responsável pelas finanças da Câmara dois ou três mandatos, mas neste momento a decisão é do Executivo.” Com esta experiência de dois ou três mandatos pensa que está cabalmente habilitado a contradizer tudo o que foi dito por si e pelo Dr. José Soares quanto à capacidade de endividamento da Câmara e assim, dado que presidiu ao órgão fiscalizador, a Assembleia Municipal, e teve acesso ao processo, responder não com paleio mas com números às perguntas formuladas no ponto 3, alíneas q) e r) e ponto 4, que dizem o seguinte: -----

“q) se o valor da dívida dos financiamentos a assumir pelo Município no âmbito do “Acordo de Extinção de Parceria” e do “Acordo de Revogação de Contrato de

2017.06.27

Concessão” se contém nos limites de endividamento (endividamento líquido, endividamento de médio e longo prazo e rateio) apurados pela DGAL para o ano de 2013, nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013) demonstre detalhadamente e documentalmente esse facto.

r) na sequência da alínea anterior e caso não sejam respeitados esses limites, como considera legalmente admissível a assunção de tais financiamentos.-----

p. 4. Implicando o “Acordo de Extinção de Parceria” e o “Acordo de Revogação do Contrato de Concessão” a assunção de despesa por parte do Município, demonstre documentalmente que as regras relativas à autorização de despesa, à repartição de encargos plurianuais, à cabimentação, à assunção e registo de compromissos, à utilização de fundos disponíveis, em especial as constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho foram devidamente cumpridos.”-----

Como presidente do Órgão fiscalizador à data e pela experiência acima referida, só pode o atual Sr. Presidente da Assembleia aguardar uma resposta cabal, documental e numérica principalmente a estes três pontos, sob pena de poder pensar que o ex-Presidente da Assembleia transformou o Órgão fiscalizador em guarda pretoriana do Executivo, e então assim sim uma traição ao bom e transparente funcionamento entre Órgãos Autárquicos e mais ainda da defesa de todos os Cambrenses. Sem a completa clarificação destes pontos pelo Presidente do Órgão Fiscalizador à data da atividade do Executivo anterior, considera inadequado o comportamento e a fiscalização da Assembleia Municipal ao assunto em questão.-----

Isto para que fique claro. Fez esta intervenção, porque acha que os termos usados, e que constam da ata agora aprovada, de “traição ao bom nome e funcionamento entre Órgãos Autárquicos”, em sua opinião e em função dos documentos disponíveis, não encontra suporte para poder validar tal afirmação.---

2017.06.27

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, após cumprimentar os presentes, referiu que mais uma vez o Sr. Presidente da Assembleia o honra com a obrigação de prestar alguns esclarecimentos, de acordo com o que souber e puder. Não esteve a fazer nenhum projeto de declaração ou de contra declaração relativamente ao que disse o Sr. Presidente da Assembleia. Confunde-se o Sr. Presidente confundindo a Assembleia Municipal consigo enquanto Presidente da Assembleia, confunde o Órgão fiscalizador com o seu Presidente. O Órgão Câmara Municipal é um órgão colegial que tem regras próprias de auto-controle, de transparência e de capacidade de se auto-regular. Tem a Assembleia Municipal a mesma organização colegial, de forma a sempre que quiser dirimir, chamar, adjetivar todos os assuntos que possa, quer e manda relativamente aos atos de gestão desse Órgão Executivo, Câmara Municipal. Confundir o Órgão com os Presidentes, quer do Órgão Câmara Municipal, quer do Órgão Assembleia Municipal, é uma confusão na qual não entra. Não entra em tal polémica, com todo o respeito. A Assembleia Municipal anterior, bem como todas as anteriores desde o 25 de abril até esta, sempre tiveram em mãos todos os assuntos que foram chamados, até pelo público e dentro de todos os membros da Assembleia Municipal, com toda a liberdade. Portanto, se há assuntos que devam ser discutidos no Órgão Câmara Municipal que o sejam, se não forem é evidente que dentro desse Órgão há algo que não funcionou. Se todos os assuntos na Assembleia Municipal que devam ser discutidos e que não foram, alguma coisa não funcionou dentro da organização e da ordem democrática da Assembleia Municipal. Portanto, a sua Assembleia Municipal não foi melhor do que nenhuma eleita democraticamente depois do 25 de abril, mas foi uma honra presidir à mesma. Com capacidade de endividamento ou não, ou dentro de todas as preocupações financeiras do Executivo, é evidente que o Tribunal de Contas é

2017.06.27

chamado, independentemente da capacidade de endividamento, pois há Câmaras falidas que conseguem deste Tribunal financiamento, falidas, completamente falidas, porque os Municípios pelos quais estão ali não podem ficar de maneira nenhuma sem os serviços assegurados de qualquer Executivo, em qualquer parte do País. Não vai mais mexer no que disse, mas vai responsabilizar-se por tudo o que disse, dizendo ainda mais uma coisa, se isso era tão linear e era, do Tribunal de Contas e esse visto, perguntou porque é que isso foi escondido até ao Tribunal Arbitral. Isso era dito quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, e não havia nenhum problema nisso, todos sabem o que é a capacidade de endividamento e que a Câmara não estava cheia de dinheiro. Agora, também não acredita noutra coisa, não acredita que outra vez o Tribunal de Contas não tenha em conta mais que a capacidade de endividamento o interesse público, o interesse público estava em causa, que era defender o Município de algo que estava errado, e que nunca escondeu. Algo estava errado com a empresa VCP, era preciso corrigir, o Tribunal de Contas era parte que podia ser chamada a ajudar a fazer essa correção. Aliás, o próprio visto que agora veio, o visto tácito, também é uma prova, não quer ir por aí, mas é uma prova de que ao dar o visto tácito poderia ser bem negociado e se calhar poderia ser por oito milhões e meio e não por sete milhões e meio, ou mesmo o contrário. É uma questão de gestão, mas não vamos especular. Dirigindo-se ao Sr. Presidente pediu permissão para dizer apenas, com toda a franqueza e sem querer levantar qualquer tipo de ondas, que durante os cinco mandatos que esteve na Câmara e na Assembleia Municipal, nunca tal coisa aconteceu por isso não sabe nada da parte jurídica, mas sempre em Vale de Cambra as boas práticas foram seguidas, e que neste momento não foram seguidas as experiências anteriores.-----

2017.06.27

**No uso da palavra o Sr. António Fernando de Pina Marques**, após cumprimentar todos os presentes, referiu ser uma honra estar na Freguesia de Rôge saudando o Sr. Presidente da Junta. -----

Agradeceu em nome pessoal e da sua família, o voto de pesar aprovado.-----

**Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** que, após cumprimentar os presentes, dirigiu as suas primeiras palavras a Rôge, saudando a Freguesia e a sua população. Fá-lo com gosto pessoal e institucional, pois é natural daquela Freguesia e ali se batizou, na Igreja que fica ao lado do Centro Cívico. É sempre um prazer voltar ao local onde se nasceu, às suas origens. Referiu que Rôge é uma Freguesia rica a todos os níveis, com um património natural de excecional beleza, com um património histórico também bem rico, como demonstram alguns escritos da Idade Média que já falam de alguns lugares desta Freguesia e com monumentos catalogados. É uma Freguesia rica culturalmente e que continua a ter quem mantenha bem vivas as tradições, uma Freguesia também rica no aspeto social, pelas suas pessoas, pela forma como se congregam e pela forma como o associativismo é aqui bem vivo. Isto não significa que não seja uma Freguesia com muitos problemas, é o seguramente pelas distâncias de alguns lugares e até ao centro do Concelho e às zonas industriais onde muitas pessoas trabalham. É também uma Freguesia assolada pela desertificação, que é comum em quase todo o Concelho e particularmente nas suas zonas mais periféricas, como demonstra a perda de 149 habitantes em dez anos, entre 2001 e 2011. Freguesia também fustigada por alguns desastres naturais, como foram os incêndios e que tornaram vítimas cerca de 80% da sua área, ainda recentemente. Hoje terão a feliz circunstância de aprovar alguns pontos que vão depois corresponder a investimento público em Rôge, em particular ao nível da água e do saneamento. Faz votos que esta Freguesia nos seus 16,5kms quadrados, tenha muito sucesso e muito progresso no futuro.-----

2017.06.27

De seguida, e como habitualmente costuma falar em eventos e factos que ocorrem entre duas sessões consecutivas, referiu que hoje não iria particularizar alguns, porque foram muitos os que ocorreram desde a última sessão e, seguramente, poderia esquecer-se de muitos deles. Exemplificou com o Sarau de Dança, o Aqui há Futuro, a Feira da Saúde, a inauguração da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, a Semana Cultural de S. Pedro de Castelões que está em curso, a inauguração dos campos relvados da Raposeira, em Macieira de Cambra, as Festas de Santo António, realçando em particular as Marchas habituais e cada vez mais belas, as Marchas dos Seniores e as Marchas Infantis, que também asseguram o futuro destas festas, os novos percursos pedonais que foram inaugurados, a exposição de tricô que embeleza o jardim e muitos outros. Uma coisa que é comum a todos eles é o forte espírito associativo que existe no Concelho e também, algo muito importante que é o trabalho em rede e em cooperação de diversas organizações, e bem assim e as parcerias que se têm verificado entre as instituições públicas e as associações privadas.-----

De seguida, referiu-se a um facto divulgado publicamente há pouco tempo e que merece a reflexão de todos. O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou, talvez há cerca de duas semanas, o valor atualizado da população no País e nos Municípios e mais uma vez a nossa população - nacional, regional e concelhia - teve uma quebra. No Concelho de Vale de Cambra perderam-se 223 habitantes relativamente aos habitantes de há um ano. Desde 2001 até 2016, em 15 anos perdeu-se em média 196 habitantes/ano, em Vale de Cambra. Já a nível nacional também se perdeu população tendo-se passado de 10.557.000 habitantes para 10.325.000 habitantes. No Norte, de 3.690.000 para 3.594.000. Na Área Metropolitana do Porto (AMP), onde Vale de Cambra se enquadra, de 1.760.000 para 1.721.000 habitantes. E também é grave que em todos os Concelhos da AMP, que são muitos e importantes, só dois concelhos tivessem desde 2011 um

2017.06.27

crescimento da população, tendo sido eles Valongo (com mais 1.061) e a Maia (com mais 211). Já se fizeram no Concelho algumas sessões de debate destes problemas demográficos que o estão a afetar, entendendo que vale a pena refletir conjuntamente, quer as entidades públicas quer as privadas, sobre a causa disto acontecer. Estamos num Concelho que cria emprego e que dá emprego à população, que está próximo dos grandes centros, que tem boas infraestruturas, que tem segurança, que tem uma boa educação. Porque é que isto acontece? É um tema importante para refletir. Fala-se aqui sobre muitas matérias, mas este problema demográfico é um problema bem pertinente e que merece a reflexão.----

Referiu, relativamente à intervenção do Dr. Manuel Augusto Carvalho, e de acordo com o que tem afirmado nesta Assembleia, pode parecer haver aqui uma contradição quando aquele referiu que o Tribunal de Contas aprova financiamentos em situações que se vai para além do limite de endividamento e quando está em interesse o bem público. É evidente e há muitos exemplos de Municípios nessa situação. Só que, quando se entra numa situação de dificuldade financeira ou mesmo de rutura financeira, há situações gravosas para a população. Ainda muito recentemente se ouviu e se leu que um Presidente de uma Câmara do nosso Distrito clamava para que fossem aligeiradas as medidas que lhe tinham sido impostas, por ter recorrido ao Fundo de Apoio Municipal, porque está também numa situação de grande debilidade financeira e porque de facto a sua população estava a sofrer mais do que aquilo que lhe seria devido.-----

**No uso da palavra o Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro**, após cumprimentar os presentes, começou por referir que na última sessão da Assembleia Municipal dignou-se o Sr. Presidente da Assembleia de tecer considerações sobre a qualidade das reuniões suscetíveis, no seu entendimento, de justificar a ausência e/ou a fraca afluência de Municípios. Fê-lo em termos singulares, consubstanciando uma iniciativa, de que está certo não encontrará paralelo em

2017.06.27

outra Assembleia Municipal do País, nem deixará de constituir um raro momento de solidariedade e respeito pelos seus pares. De entre as diversas afirmações na sequência da intervenção de um Munícipe, citou a seguinte: “mas também compreende [o Sr. Presidente da Assembleia Municipal], muito honestamente, que muitas vezes, com a qualidade dos debates, as pessoas preferam ficar em casa.” Esta apreciação não foi emitida por um qualquer analista político, plasmada num qualquer jornal ou revista, nem ouvida à mesa de um qualquer café. Estas declarações são da autoria do Sr. Presidente desta Assembleia e foi proclamada alto e bom som, no decurso de uma das suas sessões. Tanto quanto se apercebe, e salvo melhor opinião, a qualidade das sessões de uma qualquer Assembleia Municipal há-de resultar das intervenções dos seus membros, das respostas dos membros do Executivo às questões colocadas e também, para não dizer sobretudo, da forma como o Sr. Presidente conduz os trabalhos. Relativamente aos primeiros, cada membro da Assembleia é responsável pelas suas intervenções, cujas pertinência e forma não deixarão de ser avaliadas em cada momento pelo Presidente. Isso também é verdade para os seguintes, membros do Executivo. Quanto ao Presidente da Assembleia, as sessões não deixarão de refletir a forma como conduz os trabalhos. Durante o mandato que está prestes a terminar, injusto seria não reconhecer aos membros da Assembleia o esforço que desenvolveram e a forma correta e adequada que presidiu às suas intervenções. Por sua vez, não há a apontar nada de negativo ao senhor Presidente da Câmara, ao senhor vereador e senhora vereadoras que independentemente do valor intrínseco das respostas às questões suscitadas, sempre pautaram a sua conduta por uma conduta ponderada, leal e respeitosa posição. Relativamente ao método da condução dos trabalhos da Assembleia por parte do Sr. Presidente terá de ser o mesmo a fazer a devida análise, já que não teve pejo em classificar a atuação deste Órgão deliberativo e fiscalizador.

2017.06.27

Acrescentou, estar certo de que o Presidente da Assembleia Municipal não dispõe de legitimidade para atribuir qualquer tipo de classificação, situando-se supostamente como entidade superior e exterior à própria Assembleia. Permita-lhe, contudo, trazer à colação alguns pontos fulcrais que caracterizaram o exercício do seu mandato:-----

1. algumas vezes extrapolou o âmbito das suas funções conferindo fundamento para que tal fosse entendido como desejo indisfarçável de protagonismo;-----

2. antevendo previsíveis conclusões mais apressadas por parte do Sr. Presidente da Assembleia sempre dirá que não está em causa, como nunca esteve, o seu direito legítimo de opinião, trata-se tão-somente da adoção de critérios subjacentes à atribuição de competências e funções;-----

3. não deixa de ser curioso, aliás, que a sessão em que o Sr. Presidente se predispôs a tecer considerações sobre a qualidade das reuniões da Assembleia ficou marcada pela sua atitude, traduzida por uma desajustada alteração de voz e pela utilização de terminologia acintosa na sequência de uma normal, adequada e correta intervenção de um membro desta Assembleia;-----

4. se um Município que teve intervenção na sessão e que esteve involuntariamente na génese do incidente ora em apreço, já estava na sala quando o senhor Presidente se dirigiu daquele modo ao referido membro da Assembleia, não teria qualquer dificuldade em subscrever a análise por este feita à qualidade dos debates;-----

5. na verdade, fica sem saber se o referido Município já estava na sala, acostumado que está a falar apenas e só para os membros da Assembleia, sem nunca dirigir o olhar e a voz para aqueles que estão lá no fundo.-----

Terminou, com um reiterado e assumido mau estar de quem fazendo parte com muito orgulho desta Assembleia Municipal, não pode deixar de repudiar a infeliz

2017.06.27

atitude do Sr. Presidente da Assembleia. Não sabe a posição dos restantes membros da Assembleia, fala por si e pelos companheiros da bancada do PSD.---

**Em resposta o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins Almeida Leite**, agradeceu as palavras do Dr. Reinaldo Pinheiro, acrescentando que como todos sabem e todos acompanharam, desde o primeiro dia, o Dr. Reinaldo não fez outra coisa se não “amordaçar”, como diria o Dr. Manuel Augusto, o Presidente da Assembleia Municipal. Portanto, nada mais tem a dizer, a maior parte do que o Dr. Reinaldo disse está correto, já viram a credibilidade das suas posições relativamente ao CPA e à aprovação das atas, e acha que com “mais um danoninhozinho o Dr. Reinaldo chega lá”.-----

**No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida**, começou por cumprimentar os presentes e de uma forma mais particular o Presidente da Junta de Freguesia de Rôge, Sr. António Costa, bem como os cidadãos da Freguesia, por esta receção.-----

Disse subscrever o que já foi dito em defesa da Freguesia de Rôge e da sua população, que conhece bem e que merece toda a consideração que aqui lhe foi dirigida. Inclusivamente tem aqui monumentos históricos de rara beleza, como já foi dito, património que em termos turísticos sempre que abre uma notícia de Vale de Cambra na Comunicação social, nomeadamente na televisão a barragem Eng.º Duarte Pacheco situada em Rôge é de facto o cartão-de-visita de Vale de Cambra. Devem estar muito orgulhosos por isso. Pena é que se calhar que este Executivo que tanto defende o turismo em Vale de Cambra não tenha explorado tanto quanto seria de explorar aqui na Freguesia de Rôge para lhe dar mais beleza ainda.-----

Também sublinham com agrado os eventos ocorridos, e para além dos eventos já referidos pelo Dr. José Soares acrescentou um outro, o dia 1 de junho, Dia Internacional da Criança. Referiu que, de facto “é bonito ver tanta miudagem” no

2017.06.27

Parque da Cidade, evento no qual a Câmara Municipal se empenhou bastante, nomeadamente a CPCJ que aqui hoje está tão bem representada. Estão de parabéns.-----

Na última sessão, o Sr. Presidente da Assembleia não lhe permitiu que desse só um alerta ao Sr. Presidente da Câmara para o relembrar de uma data. Espera que agora não o impeça de o fazer. Quis relembrar o Sr. Presidente da Câmara sobre o que este disse relativamente à segurança na estrada e *rails*, na segunda reunião do Conselho Municipal de Segurança deste mandato, acrescentando que acredita no Sr. Presidente e que deverá estar em ata, que tem a certeza que isso se passou lá. -----

Ao contrário de algumas intervenções que foram feitas, têm uma opinião diferente. Estão ali para defender os interesses do Município e é com base nisso que ali vão e que aproveitam o local e oportunidade para sublinhar algumas questões. -----

Estão em final de mandato, provavelmente ainda terão outra assembleia, se a tiverem, mas que virá já em cima das próximas eleições. Embora se vá repetir em algumas situações, vem ali alertar sobre algumas questões porque vem aí um período próprio para fazer mais promessas, deixando então algumas anotações para que algumas promessas não se repitam. Referiu que este Executivo de facto fez algumas promessas e não cumpriu. Sobre o Ensino Superior já aqui debatido várias vezes, crê que o Sr. Presidente se lembra onde o disse, e continuam à espera. Quanto ao saneamento, ainda na última sessão questionou o Sr. Presidente sobre os metros de saneamento que foram feitos em Vale de Cambra neste período de tempo, presumindo que por esquecimento o mesmo não lhe tenha respondido. Mas, também não é difícil saber que não foram muitos. Relativamente à requalificação do cinema referiu que, embora tenha usado o voto de abstenção aquando da aquisição do cinema, tendo na altura explicado o

2017.06.27

motivo, pensa que esta foi a obra mais volumosa e com interesse deste mandato. Mas, pelos vistos a sua requalificação ainda vem longe. Na altura da aprovação do Orçamento para o corrente ano, a referida obra já está contemplado no papel, mas vão terminar o mandato e a situação mantém-se. Sobre outros tipos de requalificações, nomeadamente sobre o mercado municipal o Sr. Presidente já deu a resposta, mas realmente foi uma preocupação do executivo desde que tomou posse e continua a ser preocupação porque não passou do projeto e do papel. Mais tarde, da Biblioteca - continua a espera, como outras obras; do largo da feira - continua a espera. Sobre segurança pensa que o que foi feito neste mandato foi muito pouco ou quase nada, sobre os *rails* já foi dito e não vai repetir, sobre outro tipo de segurança - não foi. Ainda recentemente viram aprovado uma ciclovia a ligar ao Parque da Cidade, o que não deixará de ficar bonito, mas uns simples 150 ou 200 metros de passeio na Rua da Avibur, da rotunda da Santa Casa da Misericórdia à rotunda de Entre-Pontes, se lá quiserem passar vão pela estrada porque passeios não tem! Vamos projetar coisas bonitas, mas aquelas que são essenciais no dia-a-dia para quem vive naquelas regiões e falou desta como poderia falar em muito mais em termos de passeios. A ciclovia vai ficar bonita, tem impacto, mas estas pequenas coisas continuam à espera, até quando não sabem. Não se cansa de dizer estas coisas, porque o Sr. Presidente da Câmara e seus assessores, em período de campanha eleitoral, fizeram do turismo uma bandeira, opinião que partilha, pois Vale de Cambra tem condições excecionais para que, de facto, tenham muito mais turismo, muito melhores condições e que atraia muito mais gente. Às vezes ouve comparar Vale de Cambra com outros concelhos vizinhos em alguns aspetos, por exemplo no que à área económica diz respeito, era bom que nesta matéria também o comparassem com o Concelho vizinho de Arouca, pois Vale de Cambra tem condições que não são inferiores, é uma questão de imaginação, vontade e de pôr em prática, só no

2017.06.27

projeto como existe não chega. Os projetos são feitos pela Câmara Municipal e nem custam tanto quanto isso, depois é preciso passá-los à prática e que haja cabimentação financeira para os realizar. Turismo, com as condições que temos, para além de umas atividades engraçadas que foram feitas ao longo destes quatro anos, algumas com algum interesse, umas atividades, valor em si, estruturas essas não se vêm ou então anda desatualizado.-----

Nos últimos três, quatro, cinco meses, viram as estradas municipais do Concelho a ficarem “bem pretinhas”, com boa apresentação. Arriscaria a dizer, apesar de não ter dados para afirmar com rigor, que se calhar consumiu-se mais alcatrão nos últimos seis meses do que no resto do mandato. É o velho costume, é extensivo a outros, mas neste momento fala para este Executivo. Acrescentou que continuam para aí a distribuir alcatrão, mas lembrou o Sr. Presidente que não façam como fizeram há quatro anos no lugar de Função, em que andaram a meter alcatrão em algumas ruas mas “deixaram ficar as ervas de fora”, talvez para contrastar com o preto. Que o gastem, mas pelo menos bem gasto! Quanto à ligação Paço de Mato – Viadal – Felgueira/Tabaço, há cerca de um ano atrás caiu uma barreira, entretanto meteram um bocado de alcatrão a tapar os buracos. Disse ao Sr. Presidente que lá também é Vale de Cambra, os buracos já lá estão outra vez, e as pessoas que lá vivem também pertencem a Vale de Cambra. Acha que o Sr. Presidente da Junta de Cepelos não ficará chateado por estar a defender este troço, que também pertence àquela Freguesia. Outros sítios poderiam ser enumerados, mas não vale a pena.-----

Por fim, referiu ainda a estrada que vai do Calvário, em Macieira de Cambra, para o Trebilhadouro e Porto Novo, uma vez que também contribui para o desenvolvimento turístico do Trebilhadouro, alertou que cada vez está pior. Vão ficar à espera mais quatro anos, não sabendo de quem, para ver se aquilo é retificado e melhorado. Pedindo desculpa ao Sr. Presidente da Junta de Macieira

2017.06.27

de Cambra, referiu que na Escaleira, em Macieira de Cambra, a estrada principal também está a ficar degradada (ao fundo da vinha) devido às raízes dos eucaliptos, que já estragaram parte dos passeios e das paredes e a seguir vai a estrada porque as raízes já estão a entrar debaixo do alcatrão e já o levantam. É tempo de tomar medidas. Sabe que são pequenas coisas e que ocupam algum bocado de tempo, mas são estas que interessam à população e não outras que aqui tem ouvido discutir.-----

**Interveio de seguida o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, porque o seu nome foi referenciado, agradecendo ao Sr. Presidente da Assembleia a paciência democrática com que o ouve, bem como o facto de terem vindo a Rôge, a esta casa cujos alicerces bem conhece e construiu no mandato de 1983/85, um magnífico equipamento, um Centro Cívico de 2.<sup>a</sup> geração, pois já tinham alguma experiência com o de Vila Cova de Perrinho e de Codal. Homenageou duas pessoas daquela terra - Rôge, que foram pioneiros no Centro Cívico, neste magnífico parque e no alargamento do cemitério na altura, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de então, David Moreira da Costa, que no seu entender devia já constar da toponímia desta terra sugestão que deixa à Junta de Freguesia, bem como quem cedeu a maioria dos terrenos – o Dr. Vide, pessoas que naquele tempo, cada um com a sua visão, começaram este magnífico parque. Daquela terra, Rôge, se visiona a magnificência da serra, espelhada na barragem e quem quiser ler Ferreira de Castro, naquele lugar sentado, vai ver por exemplo no livro “A Lã e a Neve” as encostas de Santa Cruz e de Rôge. Referenciou também o parque desportivo de Sandiães, de Fuste e Função, as associações ligadas a este trabalho imenso de tornar esta Freguesia numa terra de desenvolvimento, uma terra desenvolvida, de gente que é capaz de pensar por si e fazer este tipo de trabalho magnífico. Não esquecer a estrada municipal que transformou toda uma freguesia numa avenida e que é, de facto, uma via panorâmica do melhor que há

2017.06.27

no Concelho. Esta saudação faz lembrando todos os Autarcas, na pessoa do Sr. António Costa, Presidente da Junta e atuais Autarcas, fazendo voto de que não parem, que Rôge não pare, e que Vale de Cambra não pare. Ninguém pára Vale de Cambra por muito que se esforcem. Esta gente não pára, isto cresce dia e noite, independentemente de mais mandatos ou menos mandatos perdidos, esta gente não se deixa vencer por nada nem por ninguém. Esta saudação para quem aqui esteve durante muitos anos, a todos e em especial ao Presidente da Junta, que é o representante principal desta terra. -----

**No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** referiu que o Dr. Reinaldo Pinheiro desafiou pessoas de outras bancadas também a tomar aqui uma posição. Entende que não seria necessário esse desafio, porque em qualquer situação não poderia deixar de vir ali exprimir, na sua perspetiva, tanto quanto essas palavras foram injustas para com a pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, a quem manifestou a sua total, forte e firme solidariedade. Pensou que aquela seria apenas uma opinião pessoal [do Dr. Reinaldo Pinheiro]. Lamenta que seja a opinião de uma bancada completa, até porque não tem ouvido a maior parte dos membros ter expressões que pudessem levar a pensar que também estariam contra a forma como tem dirigido os trabalhos desta Assembleia. Na sua opinião pensa que sempre o fez bem, desde o início do mandato, tendo dirigido as reuniões de uma forma superior, com uma enorme capacidade de liderança. Tem feito com que esta Assembleia funcione de forma disciplinada, sempre no firme respeito pelo Regimento, pela Lei, também por todos os seus membros e pela sua liberdade. Também com respeito pelo público e pela sua liberdade, e ainda com abertura a todos os membros da Assembleia deixando-o expressar-se livremente. Mas não tem sido só na direção destes trabalhos que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem mostrado a sua qualidade e a sua capacidade. Tem sido também neste programa de abertura e de visita às Freguesias, a todas as

2017.06.27

nove do Concelho, levando a Assembleia ao contacto com a população, deixando de ser uma assembleia fechada em si própria, como acontece na maior parte dos casos, abrindo-a à população; promovendo eventos, algo que não é habitual noutras assembleias municipais e que, não sendo único a nível nacional, é singular. Como acontece nos eventos que organizou de Comemoração do 25 de abril, porque é aí que se expressa a liberdade, foi sempre com liberdade que o Sr. Presidente dirigiu os trabalhos e foi liberdade que deu a todos os seus membros. Contestando e achando injustas as palavras que ao Sr. Presidente da Assembleia foram dirigidas, reitera a sua total solidariedade para o com o mesmo.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as palavras do Sr. Dr. José Soares. -----

**Interveio de seguida o Sr. Albano de Oliveira Braga**, cumprimentando todos os presentes, após o que referiu subscrever a 100% as palavras acabadas de proferir pelo Sr. Dr. José Soares, acrescentando que pode-se não gostar do modo, da forma, do estilo e do tom de voz, mas uma coisa o Sr. Presidente da atual Assembleia nunca fez, se o fizesse seria o primeiro a vir ali ao púlpito denunciar, nunca apresentou documentos para entregar ao Tribunal de Contas tecnicamente e juridicamente mal feitos e aldrabados. Tem a certeza que o Sr. Presidente da Assembleia nunca o faria. Nunca permitiria, também, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, conforme foi feito no passado recente, em que eram enviados documentos da Câmara Municipal - pontos da ordem de trabalhos - depois eram devolvidos, depois a ordem de trabalhos era anulada sem qualquer esclarecimento aos membros da Assembleia Municipal. A força dos votos era tal que se permitia fazer tudo. Isto aconteceu no anterior mandato da Assembleia Municipal, do que foi testemunha, pois era membro da Assembleia e sobre o que há documentos, mas os seus protestos nunca foram atendidos.-----

2017.06.27

Concluindo a sua intervenção, requereu, ao abrigo da alínea g), do artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal, a entrega de toda a documentação que suportou a decisão do ponto n.º 15 da ordem de trabalhos da reunião da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017, para análise, que é referente ao contrato de compra e venda de 3 de março de 2009, celebrado com a Pereira, Soares & Bastos - exercício do direito de reversão.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite** referiu que em tempo oportuno a documentação lhe será enviada. No que toca à sua pessoa mais uma vez agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas, agora pelo Sr. Albano Braga.-----

**O Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho,** após cumprimentar os presentes, referiu que não fazia conta de intervir, mas que ao ouvir palavras que não sabem o que se passa por detrás lamenta. Quando dizem palavras nesta Assembleia deve ver-se o fundo da questão. Foi ali dito que a Câmara andava a gastar tapete e alcatrão de qualquer maneira, pois informou que o Sr. Presidente da Câmara cedeu funcionários à União de Freguesias e a máquina (já velhinha, mas que vai fazendo o trabalho) porque o empreiteiro a quem tinha ajustado o trabalho não apareceu porque razões de negócios baratos quando precisavam de dinheiro e apareceu oportunidade de ajustar obras mais caras, nem vai falar mais disso. Acrescentou que quem pagou duzentas toneladas de tapete há duas semanas foi a União de Freguesias. Devem ver que em suas casas comem “bifes bons quando temos dinheiro”, quando não há se calhar comem “uma tira de barriga pequenina”, portanto quando se fala destas matérias têm que se ver quer as circunstâncias da Câmara Municipal quer das Juntas de Freguesia que conseguem com pouco dinheiro fazer obras excecionais e refere-se a todas as Juntas. Sabem que quando entraram haviam contas para pagar, que foram

2017.06.27

saldadas, e é isso que gostava de ouvir aqui, que perguntassem: Sr. Presidente da Câmara a dívida está em quanto? E quando chegou o que tinha? Não quer com isto dizer que o dinheiro foi mal gasto, o dinheiro foi gasto em dívidas mas a obra foi feita. A Lei se não se engana, prevê que para começar uma obra precisa haver dinheiro, ou dá perda de mandato. Não vão agora fazer dívidas, dívidas para fazer isto ou aquilo, uns reparos muito bem. Também quis dizer ao Presidente da Assembleia, que “lhe puxa as orelhas”, que em muitas vezes foi culpado porque em vez de dar dez ou doze minutos a cada membro da Assembleia deixou falar à-vontade. Até na Assembleia da República há um tempo limitado para falar e ali fala-se, fala-se e fala-se. Outra crítica para todos os membros é que quando é para aprovação das coisas importantes é despachar, e no período de antes da ordem do dia “vamos cacetar o Presidente da Assembleia e cacetar o Presidente da Câmara”. Foi isso que encontramos e é isso que possivelmente vão encontrar no futuro. Todos os membros da Assembleia juntos quando são eleitos tentar fazer o melhor para o concelho, todos em conjunto, fazer as críticas do presente e do futuro, não de há dois ou três anos. -----

**De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, referiu que na última sessão da Assembleia, no período de intervenção do público, a responsável pelo Gabinete Jurídico da Câmara Municipal foi visada numa intervenção. Como gesto de solidariedade pelo que foi escrito e, para esclarecer alguns pontos que foram apresentados e que não estão corretos, leu o documento que a Sr.ª Dr.ª Isabel Mariano dirigiu ao Sr. Presidente da Câmara, que por sua vez lhe fez chegar. O referido documento subordinado ao assunto “Intervenção do Município Carlos Firmino Nadais dos Reis, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2017, quanto ao procedimento de desafetação do domínio público, para o domínio privado do Município de Vale de Cambra, do caminho denominado Travessa da Quinta da

2017.06.27

Relva”, apresenta o seguinte teor: “Assisti com estupefação à intervenção do Município Carlos Firmino Nadais dos Reis, na sessão ordinária da Assembleia Municipal do passado mês de Abril, o qual perante as decisões dos dois órgãos do Município, proferidas no âmbito do procedimento de desafetação do domínio público, para o domínio privado do Município de Vale de Cambra, do caminho denominado Travessa da Quinta da Relva, com a área de 193 m<sup>2</sup>, sito na união das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, as quais diz não compreender, invocou o meu nome na qualidade de técnica da Câmara Municipal dizendo sensivelmente o seguinte: “A Dr.<sup>a</sup> Isabel Mariano, não sei se é a responsável por isso, sei que foi ela que fez a informação, disse que aquele caminho se destinava apenas a servir de logradouro da ARSOPI o que é mentira, foram todos enganados. Esse caminho não serve só o logradouro da ARSOPI e eu não quero saber nada disso, eu quero é ter direitos, também quero ser servido, não quero mais nada.”-----

Considerando que esta intervenção passou em claro, sem qualquer pedido de retratação ou pedido de esclarecimento ao interveniente em relação ao que pretendia sugerir com as suas palavras, permito-me antes de mais fazer o historial deste processo:-----

I – Em 27.04.2016, a requerente Arsopi, Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, S.A. solicitou à Câmara Municipal, por requerimento “A desafetação de um pequeno troço de caminho do domínio público para o domínio particular, de acordo com os documentos anexos”;-----

II – Requerimento que veio a ser despachado em 29.04.2017 para os serviços competentes – Divisão de Planeamento – para informação; -----

III - Tendo um dos seus técnicos, emitido informação sobre o pedido nos seguintes termos: “Analisado o pedido confirmamos que o troço de via em questão deixou de ter qualquer sentido, tendo em conta que esta servia uma

2017.06.27

habitação que foi adquirida pela empresa ARSOPI e posteriormente demolida. Nesse sentido, e em termos urbanísticos, não se vê inconveniente na desafetação da via do domínio público, devendo o mesmo ser promovido pelo gabinete respetivo - gabinete jurídico. Caso a Câmara Municipal se pronuncie favoravelmente pela desafetação deverá a toponímia local ser corrigida.”;-----

IV - Na sequência da informação da DPAGU foi por mim prestada a informação que a seguir se transcreve:-----

“ARSOPI – Industrias Metalúrgicas Arlindo Soares Pinho SA vem informar que o caminho público denominado Travessa da Quinta da Relva servia de acesso única e exclusivamente uma casa de habitação, que foi por si adquirida e posteriormente demolida, ficando agora o mesmo situado praticamente no interior do logradouro da empresa.-----

Por essa razão vem informar do seu interesse na aquisição do caminho uma vez desafetado do domínio público municipal e integrado no seu domínio privado.-----

Solicitando assim que seja dado início a procedimento com vista à desafetação do domínio público municipal, para o domínio privado do município do caminho, denominado travessa da Quinta da Relva, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho – Vale de Cambra, com a extensão de 16 metros e um perfil de 3 metros, conforme planta em anexo.-----

O Dr. Armando Ribeiro da DPAGU pronunciou-se sobre o pedido nos seguintes termos: “Analisado o pedido confirmamos que o troço de via em questão deixou de ter qualquer sentido, tendo em conta que esta servia uma habitação que foi adquirida pela empresa ARSOPI e posteriormente demolida. Nesse sentido, e em termos urbanísticos, não se vê inconveniente na desafetação da via do domínio público, devendo o mesmo ser promovido pelo gabinete respetivo - gabinete jurídico. Caso a Câmara Municipal se pronuncie favoravelmente pela desafetação deverá a toponímia local ser corrigida.”-----

2017.06.27

Assim, caso a Câmara Municipal considere pertinente a presente solicitação deverá dar início ao respetivo procedimento, dando publicidade à intenção de proceder à desafetação do caminho, através de edital.-----

Decorrido o prazo concedido para o efeito (15 dias contados em dias úteis), nos termos do disposto no artigo 191.º do CPA, caso não sejam apresentadas quaisquer reclamações por parte dos interessados, cabe à Câmara Municipal deliberar propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, desafetar o referido caminho do domínio público e integrá-lo no seu domínio privado, com vista à sua utilização para o referido fim.”;-----

V - Tendo a Câmara Municipal em sua reunião de 2016.10.08, deliberado a desafetação do domínio público, para o domínio privado do Município, do caminho denominado travessa da Quinta da Relva, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;-----

VI – De seguida foi dada publicidade à deliberação através de edital (ao qual foi anexada uma planta do caminho a desafetar do domínio público) que foi afixado nos lugares públicos de estilo, na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho e edifício dos Paços do Município, concedendo aos interessados o prazo de quinze dias, nos termos do disposto no artigo 191.º do CPA, para a apresentação de eventuais reclamações;-----

VII – Decorrido o prazo concedido para o efeito e, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações por parte dos interessados, a Câmara Municipal em sua reunião de 2016.12.27 deliberou propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013 a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município o caminho denominado Travessa da Quinta da Relva, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com a área de 193 m2;-----

2017.06.27

VIII – Em sua sessão de 24.02.2017 a Assembleia Municipal deliberou desafetar do domínio público, para o domínio privado do Município, o caminho denominado Travessa da Quinta da Relva, sito na União das Freguesias de vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com a área de 193 m2, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27.12.2016;-----

IX – Foi dada publicidade a esta deliberação por edital que foi afixado nos locais do costume, no sítio eletrónico do Município e no Diário da República – 2.ª Série, procedendo-se de seguida, junto do Serviço de Finanças de Vale de Cambra à inscrição do prédio na respetiva matriz predial urbana.-----

Em face do exposto, que me parece absolutamente claro, não tendo sido levantada qualquer objeção, quer por parte da Câmara Municipal, Assembleia Municipal ou qualquer Munícipe, considerando que conforme imperativo legal lhes foi concedida oportunidade para se pronunciarem, solicito que da presente informação seja dado conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que a faça chegar ao conhecimento de todos os seus membros presentes na referida sessão, bem como que seja interpelado o Munícipe Carlos Firmino Nadais dos Reis, o qual deverá para os devidos efeitos esclarecer o conteúdo das suas afirmações que considero difamatório e atentatório do meu bom nome e reputação pessoal e profissional (não sei se é a responsável por isso, sei que foi ela que fez a informação, disse que aquele caminho se destinava apenas a servir de logradouro da ARSOPI o que é mentira, foram todos enganados. Esse caminho não serve só o logradouro da ARSOPI e eu não quero saber nada disso, eu quero é ter direitos, também quero ser servido, não quero mais nada.”). Isto sem prejuízo de considerar que estas palavras são ainda atentatórias do bom nome, dignidade e imparcialidade dos órgãos do Município.”-----

2017.06.27

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** acrescentou que fará chegar o documento supra, a todos os membros da Assembleia Municipal, reservando para mais tarde outras ações. -----

De seguida, deu conta de algo que o preocupa, um comentário, assinado pelo empresário José Paulo Silva, feito no *facebook* e que alguém lhe fez chegar, do seguinte teor: “E porque precisamos de espaço, mais duas naves industriais estão a ser concluídas. Aumento em cerca de 4.200m<sup>2</sup>, mais uns milhões de investimento e mais uns postos de trabalho, mas, parece que vamos parar de investir em Vale de Cambra! Novas oportunidades, menos burocracia e tomadas de decisões imediatas é o que os empresários procuram. No futuro, o investimento do Grupo JPM passa de certeza por ir para concelhos limítrofes, o que é lamentável! Para acompanhar empresas dinâmicas é preciso força de vontade e acreditar nos empresários! Os decisores políticos têm que ir ao encontro das empresas não lhes barrando o crescimento e não as deixando sair, o motor da economia são as PME, mas claro... é a minha opinião!”-----

Esta notícia preocupa-o e como Presidente da Assembleia Municipal não podia deixar de ler a mesma aqui no Período de Antes da Ordem do Dia.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, após cumprimentar todos os presentes, começou por agradecer as palavras do Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro quanto à forma como se tem comportado nas sessões da Assembleia enquanto Presidente da Câmara Municipal, porque esta é de facto a sua forma de estar e a sua postura. Sempre procurou ser correto e cordial com as pessoas, dar uma resposta clara àquilo que são as questões levantadas, não omitindo nada e procurando fazer jus ao que tem sido o crescimento do índice de transparência municipal que o Município alcançou nos últimos tempos. -----

2017.06.27

Em resposta ao Sr. Eng.º Afonso Almeida, disse que quando este começou a falar pegou logo numa folha A4 para preparar aqui um orçamento para 2018 porque, de facto, para além de ter falado de algumas coisas que já é habitual falar, falou de outras em que não tem absolutamente razão nenhuma, pelo que vai começar a responder ponto a ponto à intervenção. Acrescentou, quanto à Barragem Eng.º Duarte Pacheco, que foi acusado de nada ter feito pela mesma, essa crítica naturalmente é extensiva a todos os executivos que cá passaram. A Barragem Eng.º Duarte Pacheco não tem gestão municipal e como tal não pode por iniciativa da Câmara, por mais vontade que o atual Executivo e os anteriores possam ter tido, não é possível por enquanto fazer ali qualquer intervenção. O que têm feito é lutar contra uma má gestão da Barragem, de quem a tutela, porque ela merecia uma outra atenção e uma forma mais cuidada de gestão, por um lado dos seus recursos hídricos e por outro lado também a sua afetação à área turística e de lazer. Portanto, quanto à Barragem continua exatamente na mesma, não há novidade nenhuma. Pode dar conhecimento de que há de facto uma candidatura aprovada, que não foi submetida pela Câmara Municipal mas sim pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), no valor aproximado de seiscentos mil euros. Antes que alguém diga que também foi feita por si. A candidatura foi apresentada pela DGADR e compete à mesma a execução dos trabalhos.-----

Quanto ao ensino superior, referiu que é uma pressão contínua e constante que têm feito nesta matéria, que há cerca de uma semana e meia foi aprovada uma candidatura para os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) para Vale de Cambra, no valor de um milhão novecentos e dezoito mil euros de Fundo Social Europeu que permitirá já o arranque dos cursos de especialização tecnológica na Escola Tecnológica. Continuam à espera que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) abra os Avisos

2017.06.27

para que os CTeSP possam avançar em Vale de Cambra estando perfeitamente convicto que acontecerá. Embora não dependa do Município acredita que nos próximos um, dois meses possam eventualmente avançar.-----

Relativamente aos metros de saneamento efetuados, respondeu não poder dizer precisamente quantos metros foram feitos, mas pode perguntar ao Presidente da Junta de Rôge que eventualmente saberá o número, pois só aqui na Freguesia de Rôge foram muitos e, também, em outras Freguesias, nomeadamente a ETAR na Felgueira, em Arões, que era uma velha aspiração da população. Continuam com trabalhos no terreno.-----

Em relação ao cinema, referiu que o mesmo teve de ser comprado, existiram *timings*, houve o arrojo e a coragem de incluir o cinema na regeneração urbana, houve necessidade de contratualizar e garantir o financiamento ao nível da regeneração urbana. Agora temos de elaborar o projeto, mas olhando para um projeto desta dimensão e atendendo à data da escritura do imóvel tiveram de fazer o projeto de execução, foi assumido com a equipa projetista que o projeto seria entregue no Município no dia 6 de junho, o que foi cumprido religiosamente. O mesmo foi a reunião de Câmara e foi aprovado por unanimidade dos membros presentes. Agora estão na fase de submissão da candidatura, pois o facto de estar mapeado não desobriga de fazer a respetiva candidatura, depois pode demorar um mês ou dois, e depois terá de ser aberto um concurso público atendendo ao montante do investimento, que a correr bem demorará uns seis meses. Portanto, nessa perspetiva não compreende a crítica do Sr. Eng.º Afonso Almeida nem a forma como o fez porque há prazos a cumprir, as coisas não podem ser feitas com a celeridade que gostariam. Acrescentou que está lá um inquilino, com contrato até abril de 2018, mas pensa que o mesmo não criará problemas até porque já foi notificado para a saída, até lá dará tempo para toda a parte procedimental.-----

2017.06.27

No que se refere ao Mercado Municipal, informou que foi aberto concurso público, estando na fase final de adjudicação uma vez que nesse dia decorreu a abertura das propostas, será portanto também brevemente dado andamento a essa obra. -  
Relativamente à Biblioteca Municipal, informou que está na fase de submissão de candidatura.-----

Quanto ao largo da feira, referiu nunca ter assumido publicamente que o problema seria resolvido porque não tinham nem têm ainda condições, não havendo um estudo aprofundado para aquele espaço, pelo que não comenta. -----

Relativamente à segurança disse não ter entendido bem a intervenção, quanto ao que são os dados de um órgão do qual faz parte, o Conselho Municipal de Segurança, que a segurança no Município não é preocupante, há como em outros Municípios pequenos focos de criminalidade, mas que normalmente as forças de segurança estão atentas. -----

No que se refere à requalificação dos passeios na estrada da Avibur, informou que esta obra está também inserida numa candidatura que tem a ver com a mobilidade e acessibilidades, portanto não faria sentido estar a fazer uma intervenção pontual naquela via quando está prevista numa candidatura já submetida e que se espera rapidamente seja aprovada e entre em execução.-----

Quanto ao turismo, bandeira das últimas eleições autárquicas, recordou que, e não faz obviamente crítica aos executivos que o precederam, mas nunca foi uma estratégia do Município, acha que é uma verdade irrefutável, nunca houve uma preocupação com o turismo, mas se calhar há dez ou quinze anos o turismo também não era um desígnio nacional e não tinha a envergadura que tem hoje. Antes o turismo era um turismo de Algarve, de Lisboa e não muito mais do que isso. Hoje, o turismo tem uma realidade diferente, contornos diferentes, tem públicos diferentes e Portugal efetivamente está na rota dos destinos turísticos, é um País de turismo, e claramente já deveria ter sido assumido como estratégia

2017.06.27

para o País, mas só de há uma década para cá está a ser feito. Têm procurado de uma forma séria e tranquila fazer alguma coisa pelo turismo. Não podem contudo olhar para o turismo como um turismo de massas, que tal nunca será em Vale de Cambra, têm sim de ter um nicho de mercado, um turismo de natureza, um turismo de montanha. Tiveram o infortúnio dos incêndios que prejudicaram um bocado, mas têm sentido ânimo e que vêm mais pessoas ao território. Os próprios agentes instalados no terreno, restaurantes, pessoas que têm turismo em espaço rural, têm dado esse *feedback*, de que há muito mais pessoas no território, que há muito mais estrangeiros a visitar-nos, isso é inquestionável mas ainda não é visível, não vemos aqui multidões como se vê no centro do Porto. Mas acredita que com trabalho sério e paulatino isso vai acontecer. Uma velha aspiração de Vale de Cambra, um hotel com dimensão no Concelho, foi recentemente aprovado o projeto pela Câmara Municipal para uma unidade hoteleira num espaço nobre da Cidade, espera que se concretize e que tenha muito sucesso, que também será um contributo precioso para que possam vir mais turistas ao Concelho. Os projetos que têm estruturados e que irão acontecer com financiamento comunitário, nomeadamente as ciclovias, aquele projeto que já tanto falaram da valorização do turismo ativo no rio Caima, está certo que irá acontecer e que vai ter financiamento e que serão passos decisivos para o crescimento do turismo e da notoriedade do Concelho de Vale de Cambra.-----

Relativamente ao alcatrão, referiu que a isto se aplica a velha regra de “preso por ter cão e preso por não ter, se temos buracos é porque os devíamos tapar, se tapamos os buracos é porque os devíamos deixar destapados”, há que encontrar um ponto de equilíbrio. O alcatrão não aconteceu somente nestes últimos dias, semanas ou meses, ele aconteceu ao longo do mandato, naturalmente com maior incidência na segunda metade do mandato porque as condições financeiras melhoraram ligeiramente, o que permitiu libertar dinheiro para fazer esse tipo de

2017.06.27

investimentos. Acrescentou, também, que têm procurado fazer estas pavimentações sempre em articulação e em função daquilo que são os pedidos das Juntas de Freguesia, não vão “impingir” alcatrão às Freguesias, mas perguntam aos Senhores Presidentes de Junta quais as ruas que querem prioritariamente pavimentar. Tem sido essa a forma de trabalhar. Não o fazem à revelia da Junta porque apetece ao Presidente da Câmara ou ao vereador, ou aos vereadores fazer aqui ou acolá, mas sempre em articulação com as Juntas de Freguesia pelo que agradeceu a colaboração que todos os Presidentes de Juntas têm proporcionado nesta e noutras matérias. -----

Quanto à ligação Paço de Mato - Viadal – Vilar referiu que sabe as necessidades daquela via e que efetivamente não está nas melhores condições. Mas, relembra o que aconteceu em 2016, uma zona das mais fustigadas pelos incêndios e também as derrocadas no início do ano com as intempéries. Houve necessidade de fazer taludes de suporte às vias, o que se priorizou, sabendo que os camiões iriam sujar e danificar a via. A seu tempo e tão breve quanto possível essa via terá a atenção da Câmara.-----

Relativamente à via Porto Novo, agradeceu ao Eng.º Afonso Almeida, ter-lhe refrescado a memória, mas que se lembra todos os dias daquela estrada, sabe qual a necessidade e importância de que a mesma se reveste para os lugares de Porto Novo e Cabanelas.-----

Em relação à Escaleira, e aos eucaliptos e toda a situação desagradável que ali se encontra, referiu que está em questão uma propriedade privada, confessando que não se sabe o que a Câmara poderá fazer, mas vai tentar articular com o Gabinete de Proteção Civil, com a Eng.ª Vera Silva, para ver se se pode notificar o proprietário para o corte dos eucaliptos que estão a danificar o passeio e que causam prejuízo ao erário público.-----

2017.06.27

Corroborou com a frase proferida pelo Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho, “ninguém pára Vale de Cambra por muito que se esforcem”, pensa que tem de ser esse o espírito independentemente de quem esteja ao leme do Município, ninguém pode parar Vale de Cambra porque efetivamente é um Município importante, um concelho que tem e que deve trabalhar muito para o futuro. Aproveitou a oportunidade para recordar, em especial aos membros da Assembleia Municipal, que muitas vezes há trabalho que não se sente, não se vê no imediato mas que no futuro dará grandes resultados e grandes frutos. A título de exemplo, referenciou a requalificação da Escola de Macinhata que brevemente estará concluída; a Escola da Praça que já está adjudicada e brevemente começarão as obras; a Escola de Areias está também já adjudicada e entrará em obra; o Mercado Municipal cujas propostas foram hoje abertas; uma candidatura aprovada para a Rede de Defesa da Floresta contra incêndios que neste momento já tem quarenta e muitos quilómetros de limpezas e regularização de caminhos florestais efetuadas; uma candidatura aprovada para a Autarquia Digital Metropolitana; a drenagem de águas residuais e abastecimento de água às Freguesias de Rôge e de S. Pedro de Castelões e de parte de Macieira de Cambra com financiamento de três milhões com investimento na ordem dos quatro milhões de euros; elaboração do cadastro das redes de água e saneamento em curso, também com financiamento aprovado; esta semana foi aprovada uma candidatura para uma segunda equipa de Sapadores Florestais, das largas dezenas ou centena de Câmaras que se candidataram às vinte disponíveis e uma delas veio para Vale de Cambra, o que vai permitir dar resposta àquilo que são as preocupações na área da floresta; a candidatura para a Biblioteca Municipal, pensa que já estará feita, um investimento superior a meio milhão de euros; rede de percursos pedonais e livres de obstáculos, uma candidatura de quinhentos e trinta e três mil euros, em fase de aprovação; irão

2017.06.27

submeter dentro de dias uma candidatura da Escola Básica 2,3 das Dairas, no valor de dois milhões de euros, aguardando parecer da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEsTE); candidatura aprovada para os CTeSP para a Escola Tecnológica. Continuam a fazer o trabalho que se impõe, aquilo que é a sua obrigação, aquilo para o qual foram investidos – lutar e defender as populações de Vale de Cambra.-----

Por fim, agradeceu ao Presidente da Junta de Rôge, uma Freguesia que também tem tido investimento e bastante trabalho, do qual até tinha uma listagem mas que não a enumerou uma vez que o Presidente e a população da Freguesia de Rôge sabem do que está a falar.-----

**Interveio o Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões**, cumprimentando os presentes e referindo que, após ouvir o Presidente da Câmara com muita atenção, isto parece um oásis em Vale de Cambra. De facto iniciou a estação de tratamento na Felgueira, mas que há cerca de um mês que não aparece ninguém e que está a receber constantemente queixas dos moradores que é só paralelos soltos nos caminhos. Não viu preocupação na ligação, que apenas foi feita uma ligação, a um restaurante (o Nino da Freita), não ligou mais ninguém, não havendo informação quanto a se a conclusão está para breve se vão ou não meter os paralelos na parte de águas e saneamento. Mais de duas ou três partes do saneamento ainda é necessário construir, nem que as pessoas queiram ligar não podem pois ainda não existe, pelo que perguntou se está previsto para breve.-----

Referiu que há um problema enorme em gastar dinheiro na Barragem Eng.º Duarte Pacheco, mas que o Sr. Presidente sabe onde há uma barragem construída, que há dinheiro para gastar, que já foi feita uma reunião com cinco ou seis elementos da EDP na Câmara e até à data não sabe como está a situação. Acrescentou que do lado de S. João da Serra as máquinas andam a abrir acessos

2017.06.27

e a criar condições de lazer. A Freguesia de Arões e o extremo do Concelho também é Vale de Cambra e deve ser integrada nesses projetos de turismo. A Barragem Eng.º Duarte Pacheco tem 500 ou 1000 metros de espelho de água e a Barragem de Ribeiradio, que é de quem a utilizar, tem um espelho de água de cerca 22 quilómetros desde a Ponte Teixeira às Termas de S. Pedro do Sul, com uma paisagem muito bonita, onde já andam pessoas e barcos a passear. Foi dito pelos elementos ligados à EDP que havia dinheiro, que a Câmara Municipal apresentasse os projetos. Até ao momento não sabe de nada, se está esquecido, se é para andar ou se já não consta no Concelho de Vale de Cambra. -----

**Retomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu, relativamente ao saneamento na Felgueira, que os trabalhos ainda não estão concluídos, foi feita uma divulgação, um Aviso à Junta de Freguesia no sentido de que as pessoas fizessem chegar à Câmara Municipal o seu pedido. Informou que já assinou alguns pedidos. As pessoas às vezes querem as coisas mas não as solicitam com a celeridade desejável, contudo já foram deferidos alguns pedidos de ligação. Será um processo dinâmico, como será o prolongamento a todo o lugar da Felgueira da rede que ainda não está instalada.-----

Quanto à Barragem de Ribeiradio, referiu que tem procurado dentro do possível manter o Sr. Presidente da Junta informado sobre a evolução desta situação. Há uns meses muito largos atrás pediu à Sr.ª Arquiteta Isabel Bastos que fizesse um estudo complementar àquilo que foi a proposta de estudo que a EDP fez chegar à Câmara porque acharam que era redutor e minimalista para o Concelho de Vale de Cambra e que deveriam fazer um *upgrade* da proposta. Têm de admitir e ser sérios nesta matéria, que a praia que existia era a Praia do Vau, no Concelho de Oliveira de Frades e que do lado de Vale de Cambra era uma praia meramente informal que não tinha qualquer infraestrutura. Também não vamos pensar que a EDP vai compensar Vale de Cambra no montante que compensa o Município de

2017.06.27

Oliveira de Frades olhando àquilo que eram as infraestruturas ali instaladas. Ainda recentemente esteve uma equipa da EDP na Câmara Municipal e o que se pediu foi que, também, no lado de Vale de Cambra tivesse uma parte interessante, ainda que menos relevante do que em Oliveira de Frades, mas que pudessem ter ali uma ligação, uma zona de fruição e desfrutar daquele espelho de água. Fizeram novamente essa reivindicação, solicitando à Sr.<sup>a</sup> Arquiteta Isabel Bastos, que fizesse novamente o envio da proposta já remetida, uma vez que entretanto houve alteração de chefias na EDP e das pessoas que estavam inicialmente no processo, e porque a Eng.<sup>a</sup> que veio à reunião não conhecia a fundo o dossier, tendo a mesma Eng.<sup>a</sup> assumido que no mais curto espaço de tempo a dar uma resposta. Sendo certo que a solução que inicialmente estava prevista de que a zona do açúde seria uma zona de passagem pedonal, pelos vistos a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) não viabiliza essa solução e ter-se-á de encontrar uma outra para fazer a passagem de um lado para o outro da praia, o que fará todo o sentido, até para haver uma ligação e um aproveitamento mais intenso. Acredita que esse espelho de água da Barragem de Ribeiradio também possa vir a ser muito vantajoso para o Concelho de Vale de Cambra.-----

**Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, deu início ao período da ordem do dia.-----**

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

**1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para

2017.06.27

apreciação, informação escrita, datada de 19 de junho de 2017, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre 6 de abril e 10 de junho de 2017.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** referiu como habitualmente estar à disposição para responder às questões, sendo a informação municipal distribuída o mais exaustiva possível.-----

**Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques** referindo que há pouco o Sr. Presidente da Câmara falou no turismo e que no âmbito da atividade municipal certamente conhece o Sr. Presidente uma das infraestruturas mais procuradas no Concelho e, de facto, na altura da abertura da época balneária não estava nas melhores condições, mas que felizmente a Câmara Municipal mandou fazer o corte da erva para dar melhores condições a quem procura a Praia Fluvial de Burgães. A-propósito disse ainda que era importante que se reforçasse ou que se colocasse, pois em muitos sítios não há, a sinalética para a indicação da Praia Fluvial. Saudou também os benefícios dos caminhos ali nas proximidades, naturalmente a serem executados pela Junta de Freguesia. Referiu ainda que na década de noventa, e talvez o primeiro no tempo da democracia, se editou um roteiro turístico para Vale de Cambra. -----

Falando de alcatrão, disse que ainda não se viu na atividade municipal a beneficiação do pavimento da estrada do Búzio que o Sr. Eng.º tem falado muitas vezes e que continua por reparar.-----

**Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara** referiu que durante um tempo a relva não estava cortada na Praia Fluvial, entretanto foi cortada e foi feita a habitual reposição de areia, foi colocado o estrado para manter o estatuto de praia acessível, portanto estão reunidas as condições mínimas para que a

2017.06.27

praia possa funcionar. Quanto à melhoria das acessibilidades à praia fluvial, elas têm efetivamente sido feitas e vão continuar a ser feitas. A sinalética também está a ser preparada para ser colocada.-----

Relativamente à pavimentação da Rua do Búzio, referiu que pensa que o Eng.º Afonso não a querará, atendendo a que está preocupado com tanta pintura de pavimento negro.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal datada de 19 de junho de 2017.-----

## **2. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE 2016 E DO PLANO DE**

### **ATIVIDADES PARA 2017: A Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças em Jovens em perigo, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva,**

providenciou a apresentação do Relatório de Atividades de 2016, desta Comissão, com o auxílio da Técnica Superior Sofia Ferreira, Secretária da Comissão. Foi abordada a composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vale de Cambra, o volume processual, as Entidades sinalizadoras, os motivos da sinalização e respetivas faixas etárias, bem como as medidas aplicadas. O volume processual foi de 83 processos no ano de 2016, encontrando-se ainda ativos 34 processos, que transitaram para o ano 2017.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a exposição efetuada.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Atividades de 2016, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vale de Cambra.-----

## **3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UM TRATO DE TERRENO QUE É PARTE DA PARTE SOBRANTE DA PARCELA 14, DA PLANTA PARCELAR DOS TERRENOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA CIDADE DR. EDUARDO COELHO:**

2017.06.27

**Presente deliberação da Câmara Municipal de 2 de maio de 2017**, pela qual deliberou propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no art. 25º, n.º 1, alínea q) do Anexo I da Lei 75/2013, desafetar um trato de terreno que é parte da parte sobrança da parcela 14, da planta parcelar dos terrenos para a obra “Parque Urbano – Valorização Ambiental da Envolvente do Rio Vigues – 1ª Fase”, situada entre o arruamento do Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho e um prédio propriedade de Francisco Carlos Silva Soares de Almeida, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, do domínio público e integra-lo no domínio privado do Município.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, explicou que se pretende desafetar uma pequena parcela de terreno que pertencia à parte sobrança do que eram os terrenos do Parque da Cidade, tratando-se de 61m2 que eram domínio público do Município para os integrar no domínio privado. Decorre da legislação ter autorização da Assembleia Municipal para o efeito. -----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, desafetar um trato de terreno que é parte da parte sobrança da parcela 14, da planta parcelar dos terrenos para a obra “Parque Urbano – Valorização Ambiental da Envolvente do Rio Vigues – 1ª Fase”, situada entre o arruamento do Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho e um prédio propriedade de Francisco Carlos Silva Soares de Almeida, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, do domínio público e integrá-lo no domínio privado do Município.-----

**Ausentou-se da sessão, por momentos, o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos.**-----

2017.06.27

#### **4. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO PARA AS OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL DO ROSSIO:**

Presente deliberação da Câmara Municipal de 30 de maio de 2017, pela qual propõe à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público estratégico dos loteamentos desenvolvidos e a desenvolver na área designada por Zona Industrial do Rossio, identificada na planta de ordenamento do PDM.-----

**No uso da palavra o Sr. vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes** começou por cumprimentar os presentes, em especial o Sr. Presidente da Junta de Rôge que hoje os recebe nesta casa.-----

Sobre a matéria em apreço referiu que esta prerrogativa está prevista nos regulamentos, permitindo depois a majoração do índice de construção, nas operações de loteamento na zona industrial do Rossio, indo ao encontro do interesse dos industriais, de forma a que possam construir as naves, para colmatar as suas necessidades.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, reconhecer o interesse público estratégico dos loteamentos desenvolvidos e a desenvolver na área da Zona Industrial do Rossio.-----

#### **5. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA A CELEBRAR ENTRE A ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A. E O MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA:**

Presente deliberação da Câmara Municipal de 30 de maio de 2017, pela qual deliberou remeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da despesa plurianual, com a celebração do Contrato de fornecimento de água a celebrar entre a Águas do Douro e Paiva S.A. e o Município de Vale de Cambra. Anexa proposta de cabimento n.º 1198/2017, de 8 de junho.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que se trata aqui de renovar o contrato de fornecimento

2017.06.27

de água com as Águas do Douro e Paiva, que entretanto havia cessado por término do período de vigência e por alteração da que era a primeira entidade com quem o Município havia celebrado o primeiro contrato por um período de dez anos. Neste momento a Entidade com quem se vai celebrar contrato é a Águas do Douro e Paiva S.A. e visa garantir o abastecimento de água ao Reservatório 17, sito em Vila Cova de Perrinho, que abastece Vila Cova de Perrinho e a Zona Industrial.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, autorizar a despesa plurianual com a celebração do Contrato de fornecimento de água a celebrar entre a Águas do Douro e Paiva S.A. e o Município de Vale de Cambra, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 30 de maio de 2017.-----

**Reentrou o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos.**-----

**O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida alegou o impedimento na votação do ponto que segue, por fazer parte dos Órgãos Sociais do Clube, pelo que não participou na votação.**-----

## **6. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O CLUBE DESPORTIVO E CULTURAL DE MACIEIRA DE CAMBRA –**

**COMPROMISSO PLURIANUAL:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 16 de maio de 2017, pela qual deliberou remeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da despesa plurianual, com a celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal e o Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra, constante na cláusula 2.<sup>a</sup> e que se distribui pelos anos de 2017, 2018 e 2019. Anexa proposta de cabimento n.º 918/2017, de 11 de maio.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que pretende-se a aprovação de um protocolo que foi

2017.06.27

celebrado entre o CDC de Macieira de Cambra e a Câmara Municipal com vista ao apoio para a instalação do relvado sintético do campo da Raposeira, obra que foi executada pelo CDC e que tem por objetivo principal criar condições para que os jovens da Freguesia Macieira de Cambra por um lado, mas também todos os de Vale de Cambra, tenham condições para a prática desportiva. Por tratar-se de um compromisso plurianual carece de aprovação da Assembleia Municipal.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, autorizar a despesa plurianual com a celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal e o Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 30 de maio de 2017.-----

**Reentrou na sessão o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida e ausentou-se da sessão, por momentos, o Sr. Abel de Pinho Soares.**-----

## **7. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO:**

Presente deliberação da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017, que submete à aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao Regulamento Municipal de Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, nos seguintes termos:-----

a) É alterado o seguinte articulado do Regulamento:-----

- n.º2 do art.º 108 passa a ter a seguinte redação: “Porém, somente nos casos em que os dias designados para a feira coincidam com domingo ou feriado a mesma realiza-se no dia anterior.”-----

- n.º3 do art.º 108 passa a ter a seguinte redação: “Poderá a Câmara Municipal, alterar casuística e justificadamente o dia da realização da feira municipal, comunicando aos interessados, através dos meios habituais, com a antecedência mínima de 30 dias.” -----

2017.06.27

b) É eliminado o n.º5 do art.º 67 - Ocupação accidental: “Aos ocupantes com carácter accidental, é concedido direito de preferência na atribuição/concessão de lugares vagos em processo de concurso, que venha a ser aberto para o efeito, e após escolha dos atuais concessionários.”-----

**No uso da palavra a Sra. vereadora Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva** explanou a alteração ao Regulamento Municipal de Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, aprovada pela Câmara Municipal e que se encontra acima transcrita. -----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Exercício de atividade de comércio, Serviço e Restauração, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017, ficando a referida alteração arquivada na pasta dos Regulamentos Aprovados. -----

**Reentrou o Sr. Abel de Pinho Soares.**-----

**8. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017, que submete à aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, nos seguintes termos:-----

**a) São eliminados da tabela de taxas:**-----

Secção I do Capítulo IX – Estabelecimentos comerciais: Mapas de Horário, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro e da publicação do Regulamento Municipal de Exercícios de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, publicado no DR, 2.ª série-n.º 52, de 15 de março de 2016;-----

2017.06.27

art.º7 do Capítulo IV - Ocupação e Utilização de Locais reservados nos Mercados e Feiras: Venda ambulante, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;-----

**b) Insere-se na Tabela de Taxas-----**

Capítulo I – Prestação de Serviços ao Público: .....

- n.º 8 do art.º 1 - Processos administrativos de interesse particular não previstos noutros capítulos..... 10,00€

Capítulo IV – Ocupação e Utilização de Locais reservados nos Mercados e Feiras:

- n.º 4 do art.º 6 - Ocupação Acidental por m2/feira ..... Dobro da taxa da alínea a) n.º2 e/ou alínea b) do n.º 2.-----

Capítulo XI - Festas de Santo António-----

n.º 1 do art.º 24 – Alimentação e bebidas-----

Roulote de faturas, cachorros ou similares:-----

alínea a) - sem esplanada..... 300,00€

alínea b) - com esplanada..... 500,00€

**c) É alterado o n.º 6, do artigo 7.º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra:-----**

- Artigo 7.º – Isenções parciais-----

(...)------

6 - Estão isentos em 50% do valor das taxas, preços e outras receitas municipais previstas no regulamento e tabela, as pessoas que exerçam voluntariado, com um volume de horas anual superior a 100h, devidamente comprovado pela entidade beneficiária e registado no Banco Local de Voluntariado.-----

(...)------

2017.06.27

Anexa, ainda, Quadro XV, com as novas taxas, bem como quadro com a Fundamentação Económico-financeira.-----

**No uso da palavra a Sra. vereadora Eng.<sup>a</sup> Maria Catarina Lopes Paiva** especificou a alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, aprovada pela Câmara Municipal e que se encontra acima transcrita. Frisou a importância das pessoas se inscreverem no Banco de Voluntariado, pois ficarão isentas de 50% do valor das taxas municipais, conforme previsto agora no n.º 6, do artigo 7.º.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017, ficando a referida alteração arquivada na pasta dos Regulamentos Aprovados.-----

**Retirou-se o Presidente da Junta de Macieira de Cambra.**-----

**9. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE MACIEIRA DE CAMBRA:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017 que submete à aprovação da Assembleia Municipal a concessão de um apoio pecuniário, no montante de vinte mil euros (€ 20.000,00), à Freguesia de Macieira de Cambra para construção de sepulturas no cemitério da Freguesia.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que esta proposta de apoio tem a ver com um pedido expresso da Freguesia de Macieira de Cambra com vista à ampliação do cemitério (construção de sepulturas). Entronca no que foi o princípio que se teve com outras Freguesias, nomeadamente Arões, Cepelos e Rôge, com a atribuição de um apoio pecuniário de vinte mil euros. -----

2017.06.27

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, conceder à Freguesia de Macieira de Cambra um apoio pecuniário, no montante de vinte mil euros (€ 20.000,00), para construção de sepulturas no cemitério da Freguesia.-----

**Reentrou o Presidente da Junta de Macieira de Cambra.**-----

**10. OE-CP N.º 4/2017 – INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA ZONA SUL DAS FREGUESIAS DE RÔGE E MACIEIRA DE CAMBRA E DO LUGAR DE CAVIÃO (S. PEDRO DE CASTELÕES) | COMPROMISSO PLURIANUAL:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017 que remete à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização do compromisso plurianual e repartição de encargos orçamentais com o Concurso público n.º 4/2017 – Infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais da zona sul das Freguesias de Rôge e Macieira de Cambra e do lugar de Cavião (S. Pedro de Castelões). Anexa proposta de cabimento 1180/2017, de 8 de junho.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que como se trata de um compromisso plurianual e que poderá eventualmente produzir efeitos este ano e porque passará para o ano seguinte propõe-se a aprovação da Assembleia quanto a esse compromisso. É exclusivamente o que está em causa.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** disse que isto é excelente terem projetos destes. Referiu ter duas dúvidas quanto à candidatura, embora o que esteja em discussão seja o compromisso plurianual, mas que para o poder aprovar quer saber as resposta. Primeiro colocou a questão do caudal do Caima, que sabe por experiência própria que o sistema de bombagem muitas vezes já bombeia lama porque o caudal do Caima nos tempos

2017.06.27

de estio deixa muito a desejar. Ainda por cima como diz o Presidente há um problema com a gestão da Barragem. Isto acontece quando a barragem está perfeitamente cheia e o açude leva a água toda, nem o caudal ecológico deixa descer para a captação. Assim quis saber se foi feito algum estudo de caudal que permitisse depois alargar a rede, contando com a ETAR e com as estações de bombagem que temos e que conhece muito bem. Acha que isto é vital e é dramático, mais quando o Sr. Presidente diz que a Câmara Municipal relativamente à gestão da Barragem está completamente de fora, depois de anos de tentativas de chegar a acordo, aos mais diversos acordos relativamente a esta gestão, já se fez inclusivamente imposição de uso em tempos de incêndios e de seca profunda a nível nacional. É preciso saber se houve algum estudo para isso.

Uma outra questão, prende-se com o depósito sito em Soutelo, do célebre Fundo de Coesão, existindo outro depósito intermédio mais acima, mas relativamente a Soutelo por um levantamento topográfico e de cotas que foi feito em tempos dá para abastecer Sandiães, até à rua da Capela. Quer saber onde ele entra nisto e se está a ser utilizado. Este depósito foi construído pelo Fundo de Coesão, era um dos vinte ou trinta que foram construídos, e que está lá em cima, já não passa lá há uns anos, não sabe se está visível ou não, mas parece que ardeu agora há pouco tempo, deve aparecer por lá. Quer saber se o referido depósito entra neste processo.-----

**Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** saudando este tipo de investimentos que são muito bem vindos, que se destinam a suprir aquilo que são necessidades básicas das sociedades civilizadas - a água e o saneamento. Portanto, saúda o regresso deste tipo de investimento com pena de que ele não se possa estender ainda mais no presente a outros locais no Concelho. É uma saudação tanto maior quanto que pelas suas contas vão beneficiar de apoio do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no

2017.06.27

Uso de Recursos (PO SEUR) em valores que devem rondar os 83,35% a 85% do investimento elegível, embora o investimento total seja naturalmente superior ao elegível, mas que permite de uma forma significativa alavancar o investimento da Câmara Municipal em termos de valor global de realização.-----

**O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** quis esclarecer que esta sua preocupação relativamente aos caudais fez lembrá-lo de que, nos anos 80, havia um projeto, ou falou-se de um projeto para uma barragem na Chã, e se estrategicamente criássemos lá uma bacia grande ou pequena de água, em termos altimétricos seria fundamental para de uma forma quase gratuita fazer a distribuição da água por gravidade. Foi um projeto pensado, salvo erro, na Câmara liderada por Álvaro Pinho da Costa Leite. Temos de caminhar para soluções menos caras porque todos estes sistemas de bombagem que foram criados porque na altura a Comunidade Europeia só subsidiava com águas fluviais. Isto se calhar era uma ideia a ser posta em cima da mesa.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques** referiu que, tratando-se de um compromisso plurianual, e conhecidas que estão, notórias e preocupantes a situação no Parque da Senhora da Saúde, lugar de Gestoso, Decide e Janardo, perguntou se não seria aconselhável, se não teria sido possível neste pacote incluir esta situação que tanto tem preocupado, tantas dificuldades tem criado e tanta exposição tem feito, em áreas muito sensíveis, nos lugares mencionados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, em resposta à intervenção do Dr. Manuel Augusto, referiu que não houve, pelo menos que saiba, qualquer estudo referente às captações, o que há é uma tentativa de aproveitar e otimizar aquilo que são as captações existentes, embora por exemplo a da Senhora da Saúde esteja relativamente desaproveitada.

2017.06.27

Entende que seria de aproveitar essa água olhando para as questão da gravidade, porque de facto é uma água que poderá ficar a custo baixo, quase a custo zero, no que diz respeito à sua origem e ao seu destino, como água que não precisa de ser bombeada. -----

Ao Sr. Dr. Pina Marques disse que a sua preocupação quanto à Senhora da Saúde e especialmente quanto ao saneamento, é uma situação que também os preocupa. Tratando-se de um emissário que não sendo curto, não será uma coisa assim tão difícil de executar, mas como não tinha projeto elaborado não foi possível incluir nesta candidatura. Agora não está excluída a possibilidade, e é de todo desejável que a Câmara olhe muito a sério para este problema e ele tem sido várias vezes solicitado pela Irmandade da Senhora da Saúde no sentido de se resolver o problema existente, por um lado pelos restaurantes e seus utilizadores, e por outro lado com os sanitários públicos que servem o próprio Parque da Senhora da Saúde. É naturalmente desejável que este trabalho seja executado o mais rapidamente possível.-----

Quanto ao depósito de Soutelo, referiu achar que o mesmo está a funcionar. Sabe que há um outro desativado, mas acha que este em particular está nos circuitos de manutenção e controlo da qualidade da água. Os funcionários da Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais (DSUOM) passam com frequência naquele depósito.-----

Relativamente à barragem da Chã, referiu que seria interessante, mas que desconhece se houve algum estudo nessa matéria e que nunca tinha ouvido falar nessa possibilidade, mas acredita que seja interessante. Cada vez mais têm de olhar para a gestão dos recursos hídricos com alguma preocupação, assim como olhar também para outra preocupação para a qual devem estar muito atentos e que sentiram, há bem pouco tempo, depois do período de incêndios, com as

2017.06.27

primeiras chuvas, passaram dias verdadeiramente dramáticos com o arrastamento das cinzas e das lamas serra abaixo, que tornaram as águas da Barragem Eng.º Duarte Pacheco e do Açude Moreira completamente negras. Foi do conhecimento público que durante uns dias a água chegou com turvação à rede e que teve a ver com a sobrecarga de turvação da água e da incapacidade dos meios instalados no terreno de fazer face a essa excessiva turvação. Fizeram alguma compensação com as captações de Burgães, que permitiram minorar o efeito negativo do arrastamento das cinzas.-----

Dado o interesse da matéria, o Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, concedeu a palavra novamente ao **Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, que esclareceu que a sua preocupação não está na captação, dado que poderão arranjar bombas para debitar o que entenderem, mas sim em não ter o que bombear, ou seja não haver água. Quando fala no estudo do caudal, refere-se a ver se há outra água porque de vez em quando o Caima prega partidas. Portanto, não é um problema de captação, é um problema de água. Referiu que o reservatório de Soutelo foi feito para o abastecimento de água a Rôge, para de lá, em baixa, abastecer a Freguesia de Rôge. Por isso perguntou se está a ser utilizado, se já há água em Rôge ou não.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, autorizar o compromisso plurianual e a respetiva repartição de encargos orçamentais, com o Concurso público n.º 4/2017 – Infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais da zona sul das Freguesias de Rôge e Macieira de Cambra e do lugar de Cavião (S. Pedro de Castelões), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 14 de junho de 2017.-----

2017.06.27

**De seguida, passou-se ao ponto incluído na ordem do dia, conforme reconhecimento de urgência na deliberação por parte dos membros da Assembleia, no período de antes da ordem do dia-----**

**11. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO DO ARRANJO URBANÍSTICO DA PRAÇA/JARDIM DE JUNQUEIRA:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 27 de junho, que solicita à Assembleia Municipal deliberação, com carácter de urgência, quanto ao interesse público da construção do “Arranjo Urbanístico da Praça/Jardim de Junqueira”, com vista à instrução do procedimento de desafetação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), de acordo com o pedido da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que o objetivo deste reconhecimento do interesse público prende-se com a desafetação dos terrenos da RAN, para execução do Arranjo Urbanístico da Praça/Jardim de Junqueira, solicitação da RAN, entidade sobre a tutela do Ministério da Agricultura. A intervenção e a afetação sobre o solo é minimalista, não vai causar impacto.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, declarar o interesse público na execução do “Arranjo Urbanístico da Praça/Jardim de Junqueira”, nos termos e fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 27 de junho de 2017.-----

**12. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

**De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite,** referiu que se houver matéria para a sessão de setembro a mesma será realizada, se não houver matéria será feita uma sessão

2017.06.27

extraordinária no sentido de que o próximo Presidente da Assembleia não passe os trabalhos que ele passou para aprovar uma ata. Haverá sempre uma extraordinária, com um ponto único que será a aprovação da ata, para que tudo seja convenientemente entregue ao próximo Presidente da Assembleia.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE**

**SETEMBRO: O Sr. Presidente da Assembleia** disse que estava inscrito o Sr. Carlos Firmino que deseja usar da palavra falando do correio eletrotécnico dos deputados da Assembleia Municipal, acrescentando o Sr. Presidente que estes se designam membros da Assembleia, que deputados é um termo usado para o “pessoal de Lisboa”, correio eletrónico dos vereadores da Câmara Municipal, e editais, locais de estilo, locais do costume ou habituais.-----

**Interveio o Sr. Carlos Firmino Nadais dos Reis**, residente na Rua de Santo António, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho que, após cumprimentar os presentes, começou por agradecer a resposta dada pelo Sr. Presidente ao seu email, bem como a explanação da Sra. Dr.ª Isabel Mariano que para variar aos costumes disse nada, da qual falará mais adiante.-----

Quanto aos “nomes finos” para os deputados, lamenta a sua falta de traquejo, mas pode ser que apareça mais vezes e vá começando a refinar estas coisas.-----

A sua primeira proposta foi no sentido de serem criadas caixas de correio eletrónicas para todos os membros da Assembleia Municipal e que essas caixas sejam do conhecimento público, nomeadamente por divulgação no sitio da internet do Município. Se dúvidas houver quanto à gestão/fiscalização de tais caixas, devem os senhores membros da Assembleia Municipal disponibilizar quaisquer outras, sejam elas do gmail, do hotmail, do iol, do sapo, etc. Também devem ser publicitadas as caixas de correio dos senhores vereadores. Pensa que os vereadores da oposição não têm caixa de correio eletrónica por isso aplicar-se-

2017.06.27

ia a mesma regra dos senhores elementos da Assembleia. Não se entendia como invasão da privacidade pois a verdade é só uma “quem quer ter privacidade fica em casa ao lume e não se mete na política”. Com isto pretende sublinhar que pode querer enviar qualquer assunto ou questão que eventualmente queira ver discutida e assim será possível aos senhores vereadores e membros da assembleia estarem preparados para tal debate. Disse que reparou que todos os membros da Assembleia vêm munidos de papel e carta registada com aviso de receção, fazendo as contas por alto fica mais ou menos em 150euros cada sessão, não sabe se tal se justifica nos tempos de hoje. -----

Relativamente aos editais/locais de estilo/costume/habituais, pretende exatamente saber quais são estes. Na passada sessão de 28 de abril teve a oportunidade de falar de locais de estilo, do café Sombrinha, com editais de regulação de trânsito durante as festas de Santo António. Ora o mesmo aconteceu este ano, não só no café Sombrinha, mas também e pelo menos na vitrine junto ao café Arcádia. Também referiu um edital para notificar uma proprietária para fazer limpeza de um terreno junto ao Parque da Cidade, onde o edital refere os locais de afixação entre eles o local dos trabalhos, e foi afixado num esteio. Entregou fotografias dos referidos locais e editais. Perguntou se o poder discricionário dos Órgãos Autárquicos quanto à publicitação dos editais é legítima e se é conforme o assunto ou “a cara do freguês”. Acrescentou que esta intervenção tem a ver com a resposta remetida pelo Sr. Presidente da Assembleia, subscrita pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Mariano, que nessa explanação, deu relativamente aos editais/locais de estilo/locais do costume ou habituais o seguinte: “pela sua abrangência genérica, a exigência de publicitação constitui um mecanismo de reforço da participação dos cidadãos na vida pública local, e do aprofundamento da “democracia de proximidade”. Sendo em regra condição de eficácia do ato abrangido pela exigência.” Perguntou qual proximidade, pois o site

2017.06.27

do Município está em manutenção por variadas vezes, o que é bom, é sinal que se anda a fazer qualquer coisa, mais uma vez o edital desta reunião não está lá, mas como tem andado em manutenção até se compreende. Ainda respeitante à proximidade, referiu que os editais estão afixados dentro do Edifício Municipal, que está aberto das 9h às 17h, pelo que pergunta quando é que um cidadão comum, trabalhador e com horário laboral comum consegue ler os editais. Também falou na última sessão nas vitrines das freguesias e na sua utilização pelas funerárias, divulgação de festas e excursões, pelo que perguntou se as pessoas que lá afixam esse tipo de publicidade “serão tontas”, se é menos importante um edital de uma Autarquia que um anúncio de funeral, de uma festa ou de uma excursão. De que proximidade estão a falar, perguntou. Além do site do Município, propôs que se construa uma vitrina junto à portaria do Edifício Municipal, acessível a todos, a qualquer hora, 365 dias/ano, e que sejam celebrados protocolos com as Juntas de Freguesia para afixar editais em todas as vitrinas do Concelho, nos assuntos que digam respeito a todo o Concelho, ou na respetiva Freguesia dos assuntos que digam respeito apenas a esta. Continuou o Sr. Carlos Reis dizendo que refere ainda a Dr.<sup>a</sup> Isabel Mariano “Embora não seja uma condição de eficácia, a publicação em sítio da internet e em boletim da autarquia é obrigatória, pelo que quando estejam reunidas as condições que permitem o cumprimento da obrigação legal, a autarquia deve publicar os atos que os seus órgãos praticam naqueles suportes, apesar de tais atos estarem já a produzir os seus efeitos – desde a publicação em edital.” Acrescentou que tal não lhe parece porque acha que o Edital deve ser simultaneamente afixado em papel ou publicado eletronicamente, e se tal não acontece algo vai mal, e deve pedir-se uma segunda opinião porque tal conclusão não se vislumbra na letra da lei. Posto isto, perguntou ainda quais, quantos e onde se situam os tais locais de estilo/locais do costume ou habituais? Perguntou se podem ser por exemplo na

2017.06.27

Rua da Estrada de Codal, n.º 192; na Rua José António Martins, n.º 464, no Pinheiro Manso; na Rua das Lages, n.º 169 em Lordelo; na Av. Vale do Caima n.º 600, no 4.ºA; quer saber onde pois locais de estilo, do costume ou habituais não lhe diz nada.-----

Sobre o pedido de esclarecimento da Dr.ª Isabel Mariano, lido pelo Sr. Presidente da Assembleia, referiu que não teve, nem tem intenção se ferir a suscetibilidade de quem quer que seja. Mas, pediu ao Sr. Presidente da União de Freguesias que dissesse a todos por onde passava quando ía para Codal, quando trabalhava para o Dr. Armando Lima.-----

**Neste momento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** questionou se esta pergunta era respeitante ao caminho, acrescentando que quanto a essa matéria está perfeitamente claro tudo o que foi dito. A resposta foi dada cabalmente no documento de apreciação por parte da Dr.ª Isabel Mariano, em que foram percorridos todos os trâmites. Se o caminho era assim no passado, esteve em discussão pública, o problema foi perfeitamente resolvido.-----

**Retomando a palavra o Sr. Carlos Firmino Nadais dos Reis**, perguntou se podia apenas colocar mais uma questão, sendo que o Sr. Presidente da Assembleia leu na informação em determinada altura que foi afixado um edital no edifício dos Paços do Município, quer saber concretamente onde, se na parte do Instituto de Registo e Notariado, se na ADRIMAG, ou na Segurança Social ou no Turismo. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia** respondeu que está na entrada do Edifício Municipal, ao que o **Sr. Carlos Reis** disse que aquilo que leu [informação da Dr.ª Isabel] dizia Paços do Município. Fala-se muitas vezes nisso e por isso quer saber concretamente isto dos locais de estilo, porque se “trocam alhos por bugalhos” muitas vezes. -----

2017.06.27

**O Sr. Presidente da Assembleia** citou novamente a informação técnica que refere: “edifício da Câmara Municipal/edifício dos Paços do Município, e as Juntas de Freguesia.”-----

**Retomando a palavra o Sr. Carlos Reis** referiu que não há cá barras, que ou há uma coisa ou há outra. E por isso perguntou se no Pinheiro Manso, se em Lordelo, pois não é a mesma coisa, ou está afixado num lado ou no outro, não há barras, ou está num lado ou no outro. Pediu desculpa por estar um bocado enervado, mas que quando o Sr. Presidente da Assembleia lhe diz que o assunto está encerrado, faz mais uma pergunta, se o Sr. Presidente, se a Dr.<sup>a</sup> Isabel Mariano ou algum dos presentes, sabe indicar onde está o caminho, porque ainda não fecharam o processo, ainda não foi negociado o caminho. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse que não vai abrir a discussão desse assunto, a planta esteve em consulta pública, quem tinha de se pronunciar que se pronunciasse na devida altura, veio a aprovação e foi aprovado pelo Município. Todos os Munícipes tiveram oportunidade de se pronunciar. Nesse particular acha que a forma como o assunto foi apresentado na última sessão, fere a dignidade quer da própria Assembleia, quer da Câmara, quer da própria Técnica dos Serviços, fere nos termos em que foi feito. A informação lida manifesta todos os passos percorridos, o que não vai voltar a repetir.-----

Relativamente aos editais, referiu que quanto àqueles respeitantes à Assembleia Municipal, sob os quais tem de responder, que os mesmos têm sido afixados, e que não houve ordem nenhuma no sentido de que fossem afixados fora dos sítios habituais onde ao longo do tempo foram afixados. Agradeceu o contributo do Sr. Carlos Reis no sentido de vir a melhorar a afixação dos editais, escolhendo sítios que realmente dignifiquem a visibilidade e a notoriedade dos editais. Tomará isso em atenção para fazer uma proposta à Câmara e aos serviços da Câmara, pois como sabe a Assembleia não tem orçamento para fazer o que quer que seja,

2017.06.27

“para mandar cantar um cego”, depende sempre do orçamento da Câmara, e portanto vão ter em atenção todas as recomendações feitas. Disse ao Sr. Carlos Reis que as respostas às suas perguntas serão dadas na fixação dos editais já da próxima sessão da Assembleia. Se tiver outra questão a colocar fora deste âmbito pode colocar a mesma, se não dá o assunto por encerrado. -----

**No uso da palavra o Sr. Carlos Reis** pediu apenas uma cópia da informação da Dr.<sup>a</sup> Isabel Mariano, que o Sr. Presidente leu no Período de Antes da Ordem do Dia, e que a mesma lhe pode ser encaminhada por e-mail, e que não o precisa fazer por carta registada.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia** respondeu que é uma informação interna que vai ser analisado se a poderá facultar, ao abrigo da Lei e do procedimento. Não sendo jurista não sabe se a pode facultar. Nunca esteve nos seus princípios negar informação a quem quer que seja, se for uma situação que pode ser disponibilizada fálo-á.-----

**Terminado o Período de intervenção do Público, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, aproveitou para partilhar com os presentes e incentivar os mesmos à leitura de um artigo publicado no Jornal Público, de domingo, de há oito dias ou quinze dias ou três semanas, da autoria de Helena Roseta, a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. A Assembleia Municipal de Lisboa reuniu durante este mandato 146 vezes, tem 35 funcionários afetos à Assembleia Municipal e o orçamento representa 0,1% do Orçamento da Câmara de Lisboa. É importante para se perceber também o poder que cada vez é menor da Assembleia Municipal, precisamente também por esta situação de não ter um orçamento próprio e estar completamente dependente do orçamento da Câmara Municipal. Este artigo vale a pena ser lido, acha que é de interesse geral.-----

